



SUMÁRIO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	1
MUSEU DO ÍNDIO	2
ATESTADO ADMINISTRATIVO – DPT	3
DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT	13

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

PORTARIA Nº 17/DAGES, de 06 de março de 2020

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 262/PRES, de 28 de março de 2020, com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 38/2018, celebrado com a empresa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/0007-07, cujo objeto consiste contratação de empresa especializada em prestação de serviços postais, nacional e internacional, na modalidade de inexigibilidade, com base no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.:

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor	Hugo Chaves Barreto Ferreira	035.379.134-27	COGEDI/CGGE/DAGES
Gestor Substituto	Silvana de Oliveira Silva	004.013.801-14	SEPRO/COGEDI/CGGE/DAGES
Fiscal Técnico	Juciel Moura de Lima	553.116.441-68	SEPRO/COGEDI/CGGE/DAGES
Fiscal Técnico Substituto	Sandra Gomes Brasil da Silva	259.507.971-91	NUPRO/SEPRO/COGEDI/CGGE/DAGES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, responsável pelo recebimento definitivo e atesto, atos preparatórios para prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções e extinção dos contratos, comunicação junto à contratada e equipe de fiscalização; e

II - Fiscal Técnico: servidor designado para o acompanhamento dos serviços com fins de avaliar e aferir a qualidade e quantidade, o tempo e o modo da prestação, conforme índices pré-definidos, para efeito de pagamento.

Art. 3º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP nº 05/2017.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.



Art. 8º A Coordenação de Contratações e Gestão de Material e Patrimônio - CCOMP, orientará, nos limites de sua competência regimental, os servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato.

Art. 9º Revoga-se a Portaria Nº 80/DAGES, de 11 de outubro de 2018.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA

Diretor

MUSEU DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 9/MI-RJ, de 04 de março de 2020

O DIRETOR DO MUSEU DO ÍNDIO-RJ, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017 e de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores FÁBIO DA SILVA TOMAZ, matrícula nº 1917205, CPF 113.714.347-94 e CAROLINA DAS NEVES FRANCISCO LOPES, matrícula nº 0445980, CPF 111.145.027-74, como gestores titular e substituto do Contrato nº 45/2020, para acompanhar a execução do referido contrato celebrado entre este MUSEU DO ÍNDIO/ FUNAI e a empresa KANTRO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ nº 01.436.782/0001-79.

Art. 2º. Designar os servidores PAULO LAURENTINO FERREIRA, matrícula nº 0445995, CPF 797.387.617-00 e FÁBIO DA SILVA TOMAZ, matrícula nº 1917205, CPF 113.714.347-94, como fiscais técnicos titular e substituto, para acompanharem a execução do referido contrato.

Art. 3º. Designar os servidores CAROLINA DAS NEVES FRANCISCO LOPES, matrícula nº 0445980, CPF 111.145.027-74 e PAULO LAURENTINO FERREIRA, matrícula nº 0445995, CPF 797.387.617-00, como fiscais administrativos titular e substituto, para acompanharem a execução do referido contrato.

Art. 4º. Os fiscais titulares e substitutos têm suas atribuições e competências fixadas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 115/DAGES, de 29 de agosto de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 08, de 02 de setembro de 2014, em especial nas Seções II e IV, bem como no Capítulo III.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do referido contrato.

GIOVANI SOUZA FILHO

Diretor do Museu do Índio



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 3

ATESTADO ADMINISTRATIVO – DPT

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1989334 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002350/2019-16	173/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
AGROPECUÁRIA GERYPÁ LTDA		37.441.268/0001-79	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, N. 1731, SALA 304, ED. CENTRO EMPRESARIAL PAIAGUÁS, ALVORADA, CUIABÁ		78048-350	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA GERYPÁ I	NOVA BANDEIRANTES	MT	1.910,2849
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE		NOVA MONTE VERDE	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
3.398	2-P	01	06/01/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
MARIO BLASIUS		TÉCNICO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
MT03493/TD		1109242	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

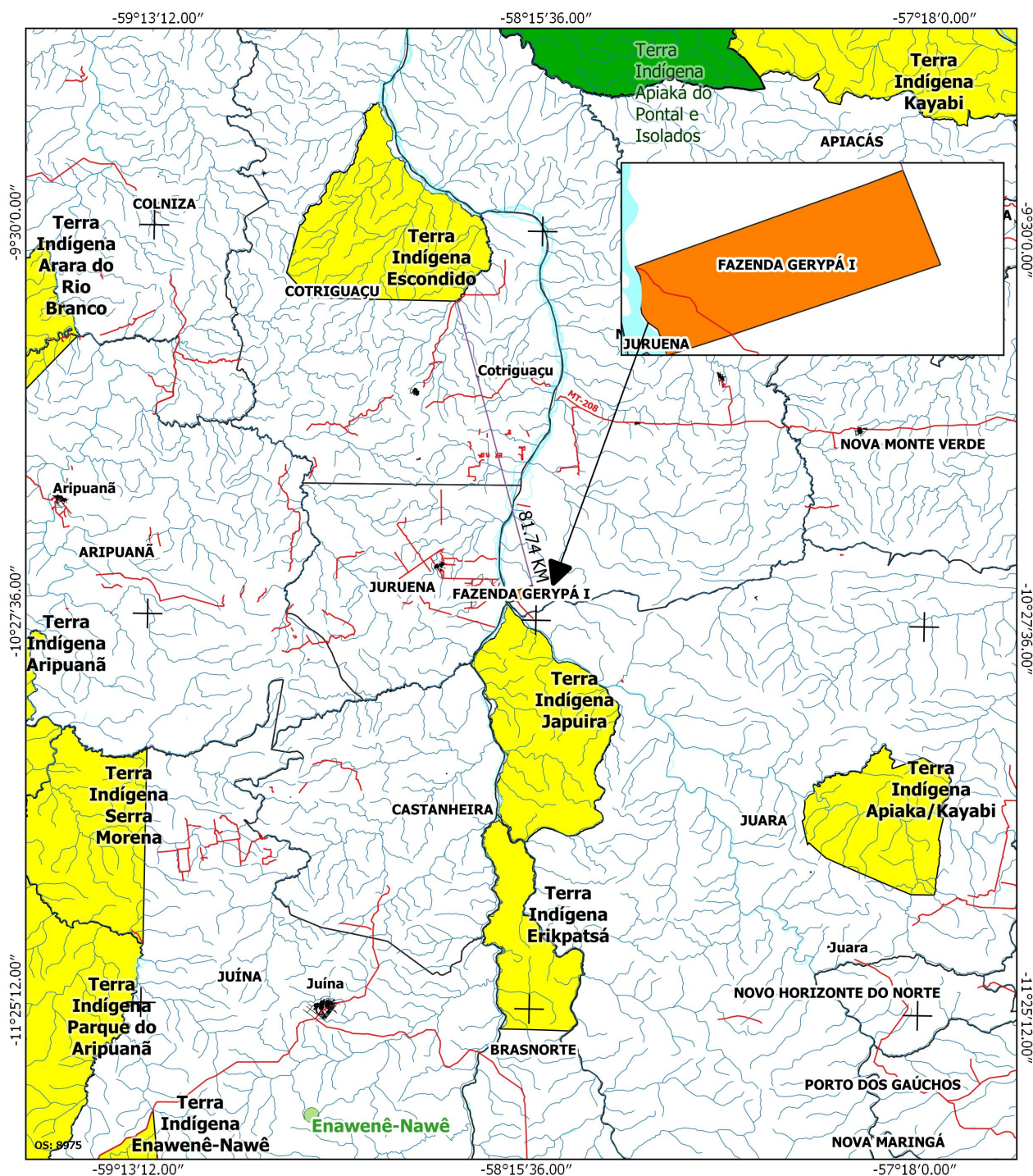
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena Delimitada
- Terra Indígena Homologada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Terra Indígena Regularizada
- Terra Indígena Declarada
- Distância
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual

Observações:

- Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- O Rio Arinos faz limite natural com o referido Imóvel e a Terra Indígena Japuíra.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANIA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>		
DENOMINAÇÃO:	Fazenda Gerypá I	INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1056/19
INTERESSADO:	AGROPECUÁRIA GERYPÁ LTDA	Documento Referência: 08755.002350/2019-16
MUNICÍPIO / UF:	NOVA BANDEIRANTES / MT	ESCALA: 1:1200000
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Marina Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CHCA / PR. Nº 15.435/9



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 5

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1990261 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.003961/2018-18	177/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
ANGEL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA		82.133.588/0001-16	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA DAS CASTANHEIRAS, Nº 1001, SALA 706, SETOR COMERCIAL, SINOP		78550-290	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA MAIKA	UNIÃO DO SUL	MT	2.346,4506
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE CLÁUDIA		CLÁUDIA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
5.380	2-RG	01F	11/12/2017
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDSON GONÇALVES DOS SANTOS		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
9550/D		2881550	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



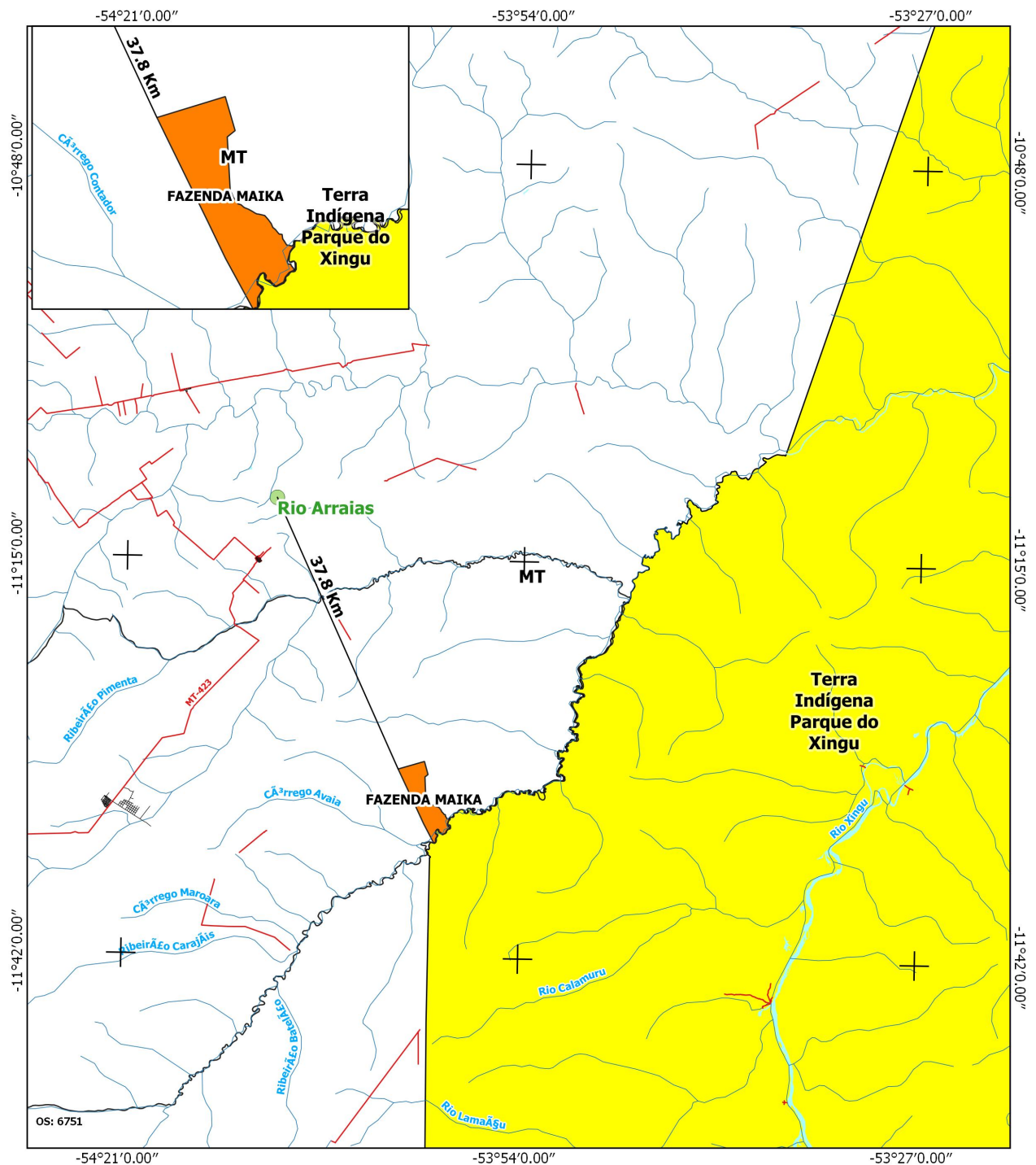
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 6



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual
- Distância

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - Informamos que o Rio Arraias faz limite natural entre a Terra Indígena Parque do Xingu e o referido Imóvel.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
DENOMINAÇÃO: Fazenda Maika		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1184/19	
INTERESSADO: Victor Blease		Documento Referência: 08620.003961/2018-18	
MUNICÍPIO / UF: UNIÃO DO SUL / MT		ESCALA: 1:540000	
DESENHO EM: Mariana Santos Cardoso	CONFERIDO EM: JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA SOCAMT / COGEO / DPT	CONFERIDO EM: MARCELO ALMEIDA SANTOS COORD. GERAL DE DESENVOLVIMENTO - COGEO / DPT CREAM 15960 - RS	



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 7

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1991390 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000641/2019-41	183/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
ARIBERT LUIZ SCHNER		234.282.600-15	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA GAL CANABARRO, Nº 678, BAIRRO CENTRO, PASSO FUNDO		99010-190	RS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA TERRA NOVA II (Desm.)	BONFIM	RR	772,9973
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO FERREIRA - TABELIONATOS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BONFIM		BONFIM	RR
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
00855	2-RG	-	01/07/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EPITÁCIO EVARISTO DE ANDRADE		TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR OU TECNÓLOGO TOPOGRAFIA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
210598357-0IRN		RR20190053783	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

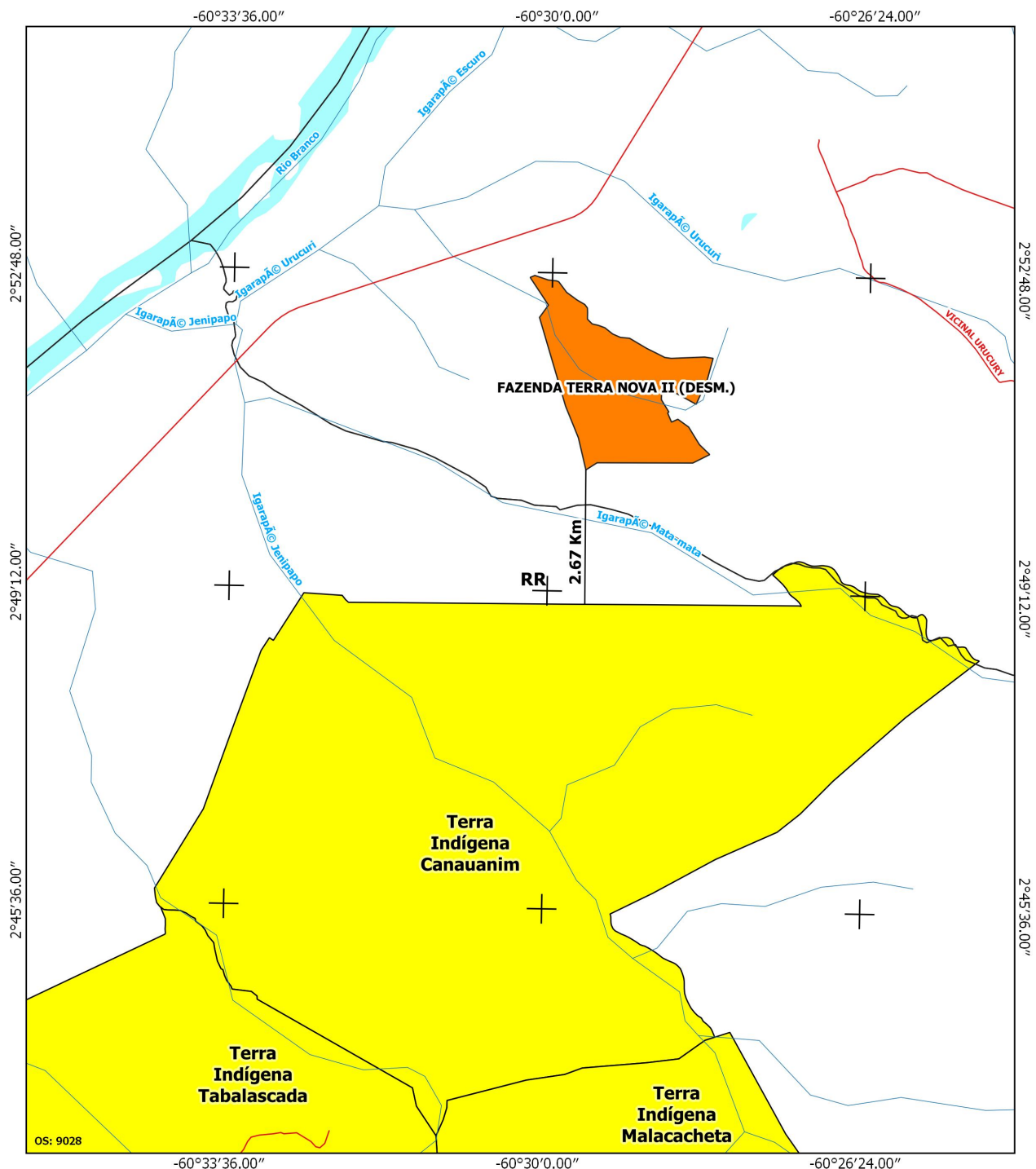
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Distância
 - Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - Informamos , que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 2,67 km da Terra Indígena Canaunim , área indígena mais próxima.
- 3 - Informamos , que o referido imóvel se encontra dentro da Gleba Tacutu , Destaque .

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: FAZENDA TERRA NOVA II (Desm.)		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1126/19
INTERESSADO: ARIBERT LUIZ SCHNER		Documento Referência: 08749.000641/2019-41
MUNICÍPIO / UF: BOA VISTA / RR		ESCALA: 1:100000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Márcia Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREA / PR Nº 18.488/D



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 9

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1992799 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002219/2019-41	189/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
FAZENDA TUPI BARÃO PARTICIPAÇÕES LTDA		19.259.926/0001/70	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3015, CONJ 31 SALA C, JARDIM PAULISTANO, SÃO PAULO		01452-000	SP
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA TUPI III	COLNIZA	MT	140,00
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE COLNIZA		COLNIZA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
1967	02	01	23/01/2014
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
DIEGO NEVES RODRIGUES		TÉCNICO EM GRAU MÉDIO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1212686896/MT		BR20190120782-MT	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

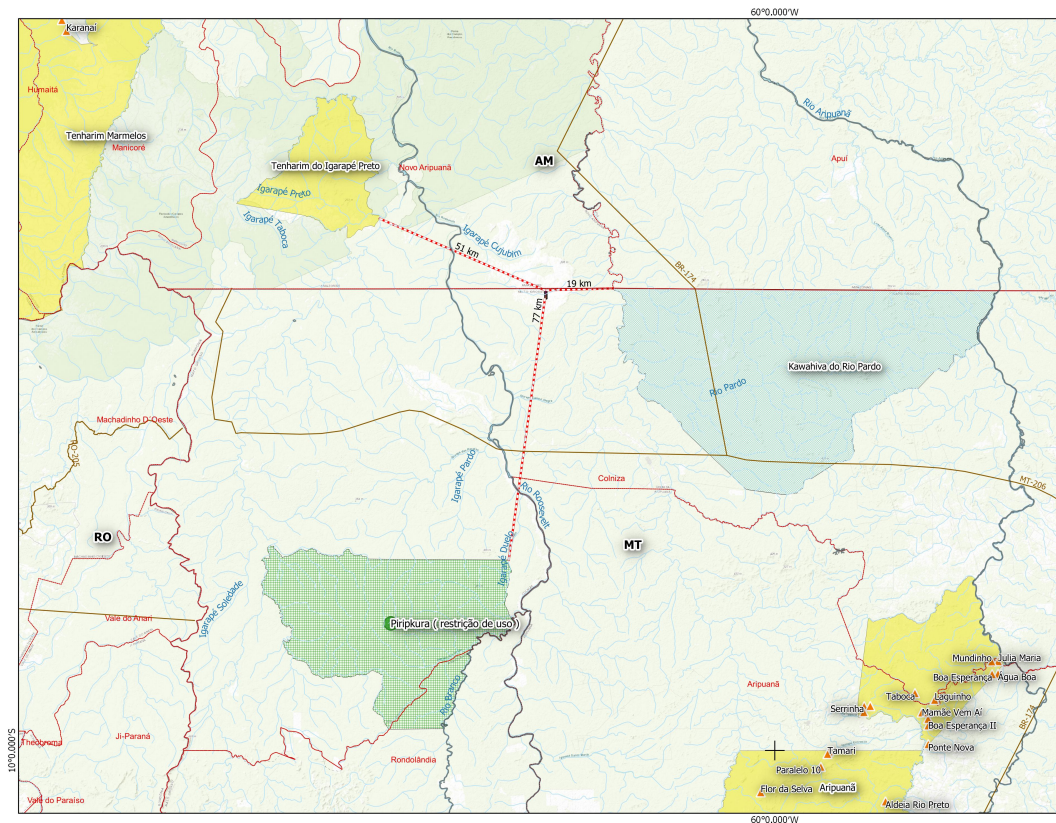
Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

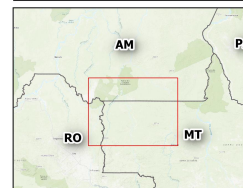
Presidente



ANÁLISE CARTOGRÁFICA - 1020/19



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Coordenação Geral de Geoprocessamento
Coordenação de Cartografia



LEGENDA

Base Cartográfica

- Estados
- IBGE - Municípios
- DNIT - Rodovias
- ANA - Hidrografia
- ANA - Massa D'água

Terras Indígenas

- Declarada
- Delimitada
- Encaminhada RI
- Homologada
- Regularizada

Empreendimento

- Fazenda Tupi III
- Em Estudo
- TI em Estudo
- Aldeias

----- Distância TI's

Denominação: Fazenda Tupi III, localizada no município de Caliz, em nome do interessado, FAZENDA TUPI BARÃO PARTICIPAÇÕES LTDA

Processo: 08755.002219/2019-41
Analista: João Carlos Figueiredo
OS: 8950

Observações 1 - Este documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/20012 - Datum SIRGAS 20003 - Base Cartográfica: Funai - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia, Oribacias / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

Escala: 1:850000 Localização: 1:1000000



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 11

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1988866 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002412/2019-81	171/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
LUCAS BENTO CAVALLIERI		304.695.448-48	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. CLAUDIONOR BARBIERI, 1721, CENTRO, BARIRI		17250-000	SP
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZ. RANCHO ALEGRE	GAUCHA DO NORTE	MT	501,66
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PARANATINGA		PARANATINGA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
18.061	02-CL	01	02/05/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
AMÉLIO ANTONIO PUPULIN JÚNIOR		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1200764129		3221895	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

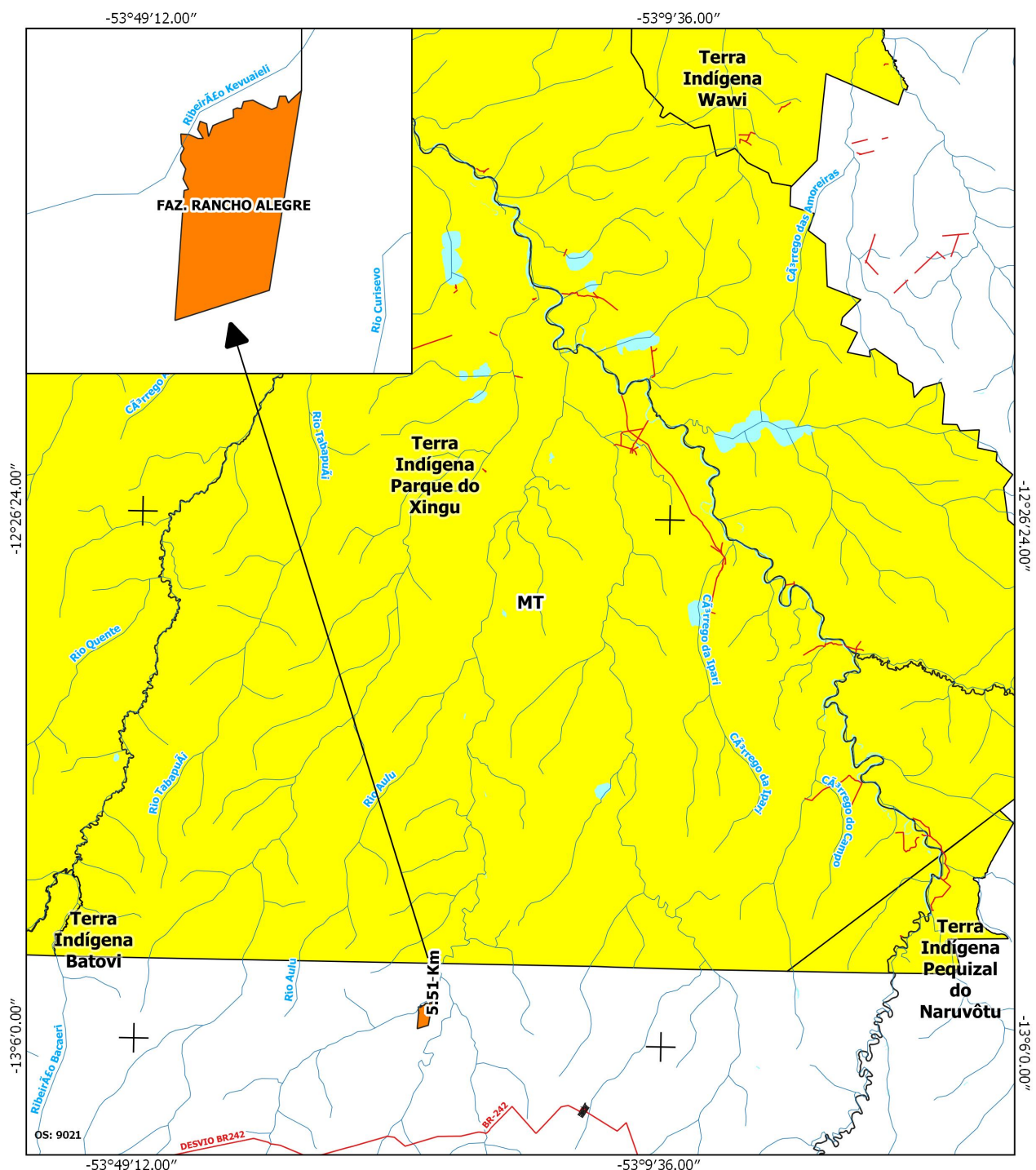
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

















Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- Terra Indígena**
-  Terra Indígena em Estudo
 -  Delimitada
 -  Homologada
 -  Reserva Indígena
 -  Restrição de Uso
 -  Regularizada
 -  Declarada
 -  Área ou Imóvel
- Legenda**
-  Limite Internacional
 -  Limite Municipal
 -  Limite Estadual
 -  Sede do município
 -  Massa D'Água
 -  Hidrografia
 - Rodovia**
 -  Federal
 -  Estadual

Observações:

1 - Este Documento não é valido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.

2- Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 5.51 km da Terra Indígena Parque do Xingu, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

	<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</p> <p>DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>	
	<p>DENOMINAÇÃO:</p> <p style="text-align: center;">FAZ. RANCHO ALEGRE</p>	<p>INFORMAÇÃO CARTOGRAFICA N° 1118/19</p>
<p>INTERESSADO:</p> <p style="text-align: center;">LUCAS BENTO CAVALLIERI</p>	<p>Documento Referência: 08755.002412/2019-81</p>	
<p>MUNICÍPIO / UF:</p> <p style="text-align: center;">GAÚCHA DO NORTE / MT</p>	<p>ESCALA:</p> <p style="text-align: center;">1:590000</p>	
<p>DESENHO EM _____</p>	<p>CONFERIDO EM _____</p>	<p>CONFERIDO EM _____</p>
<p>JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA</p>		
<p>JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOGRAFIA - COGEO / DPT</p>		



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 13

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1990560 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.021892/2017-43		179/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
MARCIEL ROSENSCHEG		780.601.849-20	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA SETE DE SETEMBRO Nº 67, PORTO UNIÃO		89.400-000	SC
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
LOTES Nº 284 A 298	COLÔNIA SÃO PEDRO - DISTRITO SANTA CRUZ DO TIMBÓ	SC	428,5167
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PORTO UNIÃO		PORTO UNIÃO	SC
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
14.530	02	6	27/11/1996
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
MARCOS DOS SANTOS WEISS		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
PR N- 10.374-D VISTO/SC Nº 32.462-8		63860907 - SC	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



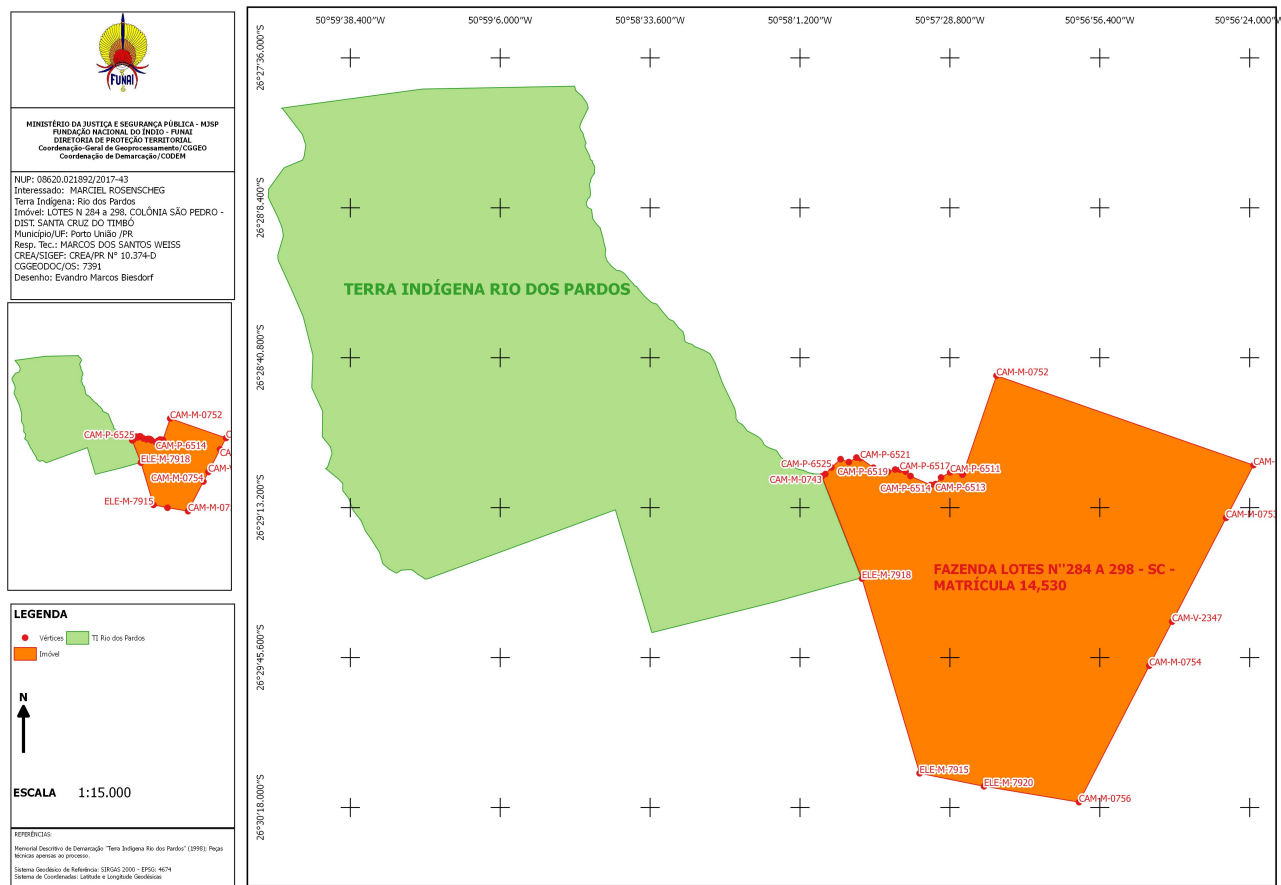
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 14





DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1986825 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.010389/2017-62		170/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
REGINA CELIA VICENTE SANTANA		001.882.078-64	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. TABAJARAS, 714, CENTRO, TUPÃ		17601-120	SP
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	ARCO ÍRIS	SP	
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE TUPÃ		TUPÃ	SÃO PAULO
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
30.116	2 RG	01	21/07/1992
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
MARCELO MAZZIERO MORALES		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
5062204624		28027230171683955	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



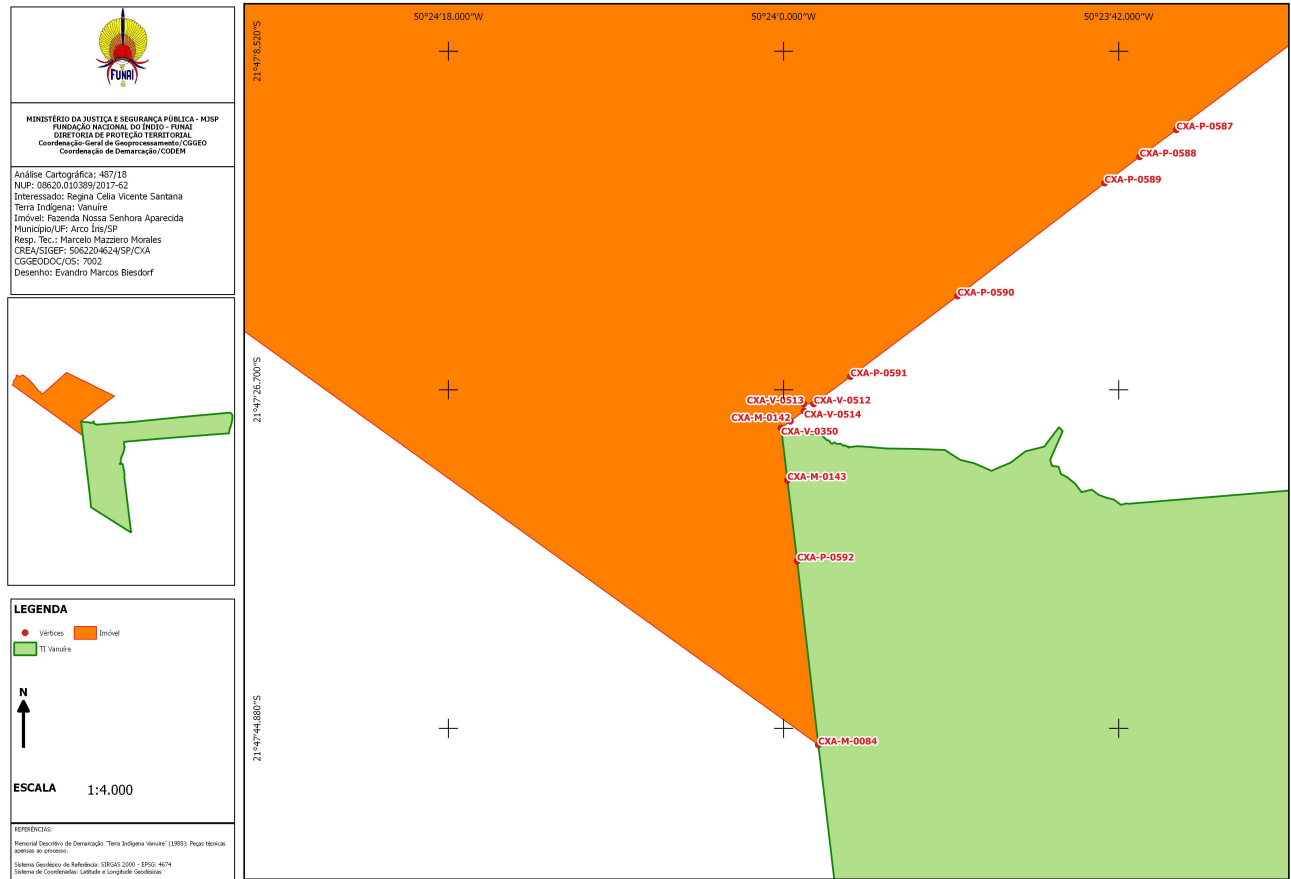
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 16





Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 17

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1992618 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.006057/2019-45		188/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
JOSÉ CARLOS MARIOT		498.656.509-59	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. PEDRO MANVAILER, 3014, CENTRO, AMAMBAÍ		79990-000	MS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZ. TREVO	PARANHOS	MS	309,3761
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA COMARCA DE SETE QUEDAS		SETE QUEDAS	MS
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
2.957	2	-	09/08/2006
2.958	2	-	09/08/2006
2.959	2	-	09/08/2006
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
OSCAR FERREIRA		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
REGISTRO NO CREA Nº			ART. Nº
1450/D			1320190045551

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

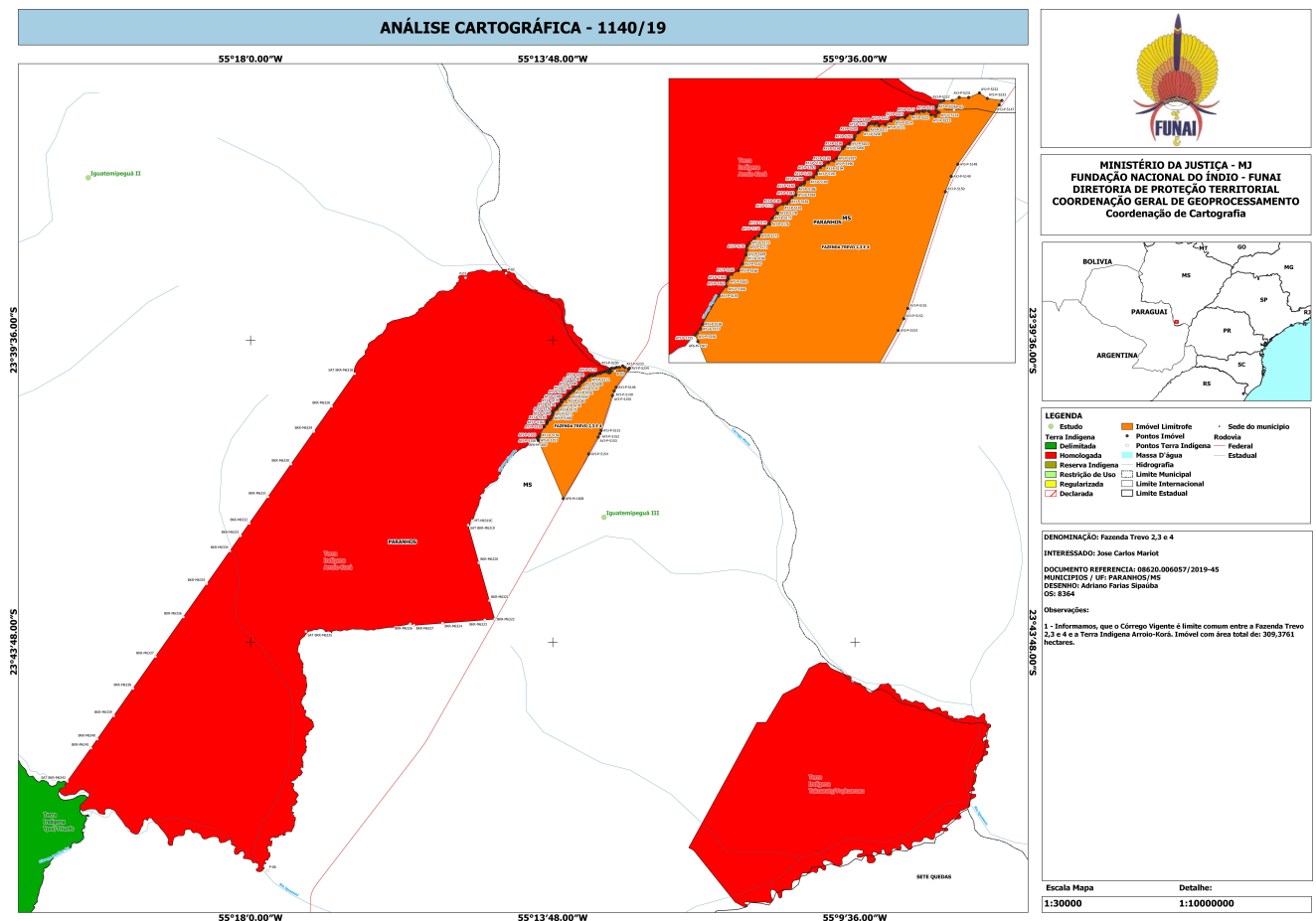
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 18





Brasília, 10 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 46 - p. 19

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1992379 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08755.000102/2017-61		185/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
AGROPECUÁRIA MONTE CRISTO		01.202.925/0001-88	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA ARNALDO DE MATOS, 309, GOIBEIRAS, CUIABÁ		78032-045	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA IV	PONTES E LACERDA	MT	1658,5799
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA COMARCA DE PONTES E LACERDA		PONTES E LACERDA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
4.713	02	01-12	06/03/1990
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
MANOEL DA SILVA TAQUES FILHO		ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4.350/D-MT		1875286	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.

2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.

3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.

4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

